

A RELAÇÃO ENTRE POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DA BAHIA DE 1990 A 2000

Bruno Vasconcelos de Santana¹
André Luis Melo de Oliveira²

RESUMO: *O suporte teórico que associa a pobreza com as políticas públicas no Brasil é bastante escasso. A deficiência parece ter relação com as políticas sociais e de combate à pobreza que predominaram no país por muitas décadas, as quais se baseavam em medidas compensatórias ou voltadas para o assistencialismo. Por outro lado, a limitação da literatura parece estar associada à visão predominante de que o fim da pobreza seria um subproduto do crescimento econômico. Esse entendimento levou os formuladores de política a terem uma visão passiva e tolerante com a pobreza, focando suas políticas em medidas que levariam em primeiro plano o crescimento da economia e como uma possível consequência à redução da taxa de pobreza. Assim, este artigo apresenta um estudo acerca da relação existente entre a pobreza no estado da Bahia entre 1990 e 2001 e as políticas públicas implementadas neste período. Utiliza-se, para tanto, análises do Produto Interno Bruto estadual, do Índice de Gini e do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como suportes metodológicos para demonstrar a evolução da pobreza e a eficácia das políticas públicas implementadas no período abordado.*

Palavras-Chave: Pobreza; Políticas Públicas; Índice de Gini

INTRODUÇÃO

O suporte teórico que associa a pobreza com as políticas públicas no Brasil é bastante escasso. A deficiência parece ter relação com as políticas sociais e de combate à pobreza que predominaram no país por muitas décadas, as quais se baseavam em medidas compensatórias ou voltadas para o assistencialismo. Segundo Schwartzman,(2001) ninguém parece ter pensado, no Brasil do século XIX, em criar leis e instituições para ajudar aos pobres, como se tentou fazer na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Uma possível razão foi que o Brasil não assistiu aos grandes deslocamentos, destruição de postos de trabalho e explosão populacional que acompanharam a revolução industrial na Europa, nem as grandes ondas de desemprego que inundaram os Estados Unidos naqueles anos e que acabaram sensibilizando os ricos e remediados.

Para Fernando Pedrão, a perpetuação da penúria é parte do abandono de parte do corpo social, implícito na ordem escravista e na pós-escravista, transferida para o perfil de extrema desigualdade de renda no projeto nacional de modernização empreendido pela República. A exclusão foi parte essencial da montagem da economia exportadora tradicional, tornando-se disfuncional da economia exportadora modernizada, que, entretanto, depende de uma ordem econômica contraditória com a inclusão.

A partir da percepção de que a pobreza se torna um fator limitante ao desenvolvimento sócio-econômico do Estado da Bahia, este artigo tem como objetivo realizar um estudo acerca da pobreza no estado e da eficácia das políticas públicas implementadas entre 1990 e 2000.

¹ Estudante egresso Curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UCSAL e candidato ao Curso de Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da UCSAL.

² Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UCSAL e mestrando do Curso de Mestrado em Economia da UFBA.

1. AS DIFERENTES ÓTICAS DA POBREZA

Como observam Lopes, Macedo e Machado (2003), a pobreza pode ser dividida em monetária e não monetária, sendo que a pobreza monetária é composta pela linha de indigência e pela linha de pobreza. A linha de indigência é caracterizada pela necessidade de um percentual monetário mínimo para a aquisição de uma quantidade mínima de alimentos objetivando a sobrevivência. A linha de pobreza pode ser compreendida como a soma da linha de indigência com um determinado montante monetário para arcar com despesas básicas como transporte, vestuário e moradia.

Este modelo de indicador tem como vantagem facilitar a comparação internacional, se for considerada, por exemplo, a linha de indigência como sendo o limite de sobrevivência com um dólar por dia, e a linha de pobreza com dois dólares por dia, é possível ter uma visão relativa dos países no quesito pobreza.

Apesar de este modelo ser muito utilizado, existem críticas sobre ele pelo fato de não retratar todas as dimensões da pobreza, uma vez que o nível de bem-estar dos indivíduos é representado por um grupo de fatores psicossociais e não somente pela renda.

1.1 A pobreza e o bem-estar social

Desde a adesão ao Consenso de Washington, no início da década de 90, muitos economistas passaram a defender a idéia de que o desenvolvimento por si só é capaz de resolver o problema da miséria e de melhorar as condições de vida da população. Para estes, o mais importante para o país é a retomada do crescimento da economia.

Esta visão restrita ao aumento da oferta de bens e serviços foi substituída por uma concepção mais sofisticada do desenvolvimento. Ao puro crescimento econômico, outras variáveis sociais, ecológicas e de vida comunitária estão hoje fazendo parte da avaliação das condições de vida nas sociedades modernas.

Deve-se ao economista indiano, Amartya Sen, essa visão mais compreensiva da necessidade de mudança, incluindo na avaliação do desenvolvimento também os indicadores de qualidade de vida. O índice de desenvolvimento humano (IDH)³, construído a partir da concepção de Amartya Sen, considera, além da renda *per capita*, os indicadores de educação, o de saúde, moradia e saneamento.

Graças a essa mudança qualitativa de conceito, é que se pode verificar que o Brasil, embora esteja entre as 12 maiores economias do mundo, fica entre os países de médio desenvolvimento humano. Considerado em nível local, o IDH tem sido um valioso instrumento para classificar os municípios desde os que apresentam as melhores condições até as piores condições de vida. Esta classificação possibilita a adoção de políticas públicas seletivas, visando a melhoria daqueles municípios que se encontram entre os piores detentores dos indicadores.

Segundo Sen (2002), ser pobre não significa viver abaixo de uma linha de pobreza, por exemplo, ter um rendimento igual ou inferior a 2 dólares por dia. Ser um indivíduo pobre é ter um nível de rendimento insuficiente para desenvolver determinadas funções básicas, levando em

³ Índice de Desenvolvimento Humano – IDH tem o objetivo de caracterizar os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, ressaltando as oportunidades que os indivíduos devem ter na vida de forma a permitê-les a opção de inserção social. O IDH é a média aritmética simples de três variáveis: saúde/longevidade; nível de educação; PIB real em dólares por paridade/poder de compra. Classificação: inferior a 0,50 seria caracterizado como baixo; de 0,50 a 0,80 classificado como médio; acima de 0,80, como alto.

conta as circunstâncias e requisitos sociais regionais, não podendo esquecer a conexão de muitos outros fatores, como, por exemplo: cultura, educação e religião.

O mesmo acredita que a ação política deve ter como objetivo ampliar a capacidade das pessoas de serem responsáveis por atividades e estados valiosos e valorizados, ou seja, na linha de uma ética da capacidade. Disso decorre a orientação de que uma boa ação pública não somente distribui bens a receptores passivos, mas também amplia as escolhas das pessoas e promove suas capacidades, incluindo a capacidade de escolha.

Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas além dos meios que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades (SEN, 2002).

Na ótica de Amartya Sen, em vez de medir a pobreza pelo nível de renda, calcule-se com que o indivíduo pode realizar com essa renda a fim de se desenvolver, levando em conta que essas realizações variam de um indivíduo para outro e de um lugar para outro.

De acordo com esta visão, o desenvolvimento humano, sustentável e socialmente justo, se apoiaria no tripé economia-saúde-educação. Sen reitera que "a pobreza, o analfabetismo, a injustiça social e a degradação ambiental estão todos interrelacionados como fatores negativos para o desenvolvimento humano".

Medeiros credita a pobreza como resultado do nível e da forma de distribuição dos recursos totais de uma sociedade entre sua população. Desta forma, a pobreza pode ser combatida de três formas: por meio de modificações no volume da população, por intermédio de estratégias de crescimento; baseadas em mudanças na distribuição dos recursos.

Medeiros questiona a força da redução da taxa de natalidade sobre a diminuição dos índices de pobreza. Este cita como exemplo a taxa de natalidade do Brasil da década de 60, demonstrando que, nas décadas seguintes, essa taxa sofreu forte redução e atualmente já se encontra em patamares relativamente baixos, cerca de 1,8 filho por mulher, colocando esta taxa entre as menores da América Latina.

Uma outra alternativa seria o combate à pobreza através de políticas de crescimento econômico, baseando-se na premissa de que a economia, à medida que cresce, torna maior a disponibilidade de recursos da população e, em determinado momento, estes recursos acabam por beneficiar os mais abastados. Ao longo da história brasileira, o crescimento econômico por diversas vezes foi acompanhado de concentração de renda.

A alternativa do crescimento é talvez a mais tentadora entre as estratégias possíveis para a erradicação da pobreza. Entre outros motivos, essa estratégia é atraente porque pode representar uma situação de mudança em que ninguém perde e ao menos alguns ganham. No entanto, se o crescimento não for acompanhado de redistribuição, serão necessárias décadas de taxas altas de crescimento para reduzir expressivamente a pobreza. Sozinha, a estratégia do crescimento seria insuficiente para fundamentar uma política séria de erradicação da pobreza em um prazo razoável de tempo.

Partindo da premissa de que a redução da população não altera de maneira expressiva a pobreza e que o crescimento econômico por diversas vezes agiu de maneira inversa a proposta pelos gestores de políticas públicas, Medeiros credita como alternativa a modificação da distribuição de recursos. Como o problema do Brasil não tem como característica a escassez generalizada de recursos, a redução das desigualdades sociais seria o principal caminho para

melhorar as condições de vida da população mais pobre. Esta visão igualitarista para o combate à pobreza já havia sido destacada no início da década de 1980, como se pode observar na descrição a seguir:

[...] o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios (...) Para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda *per capita* comparável à nossa [...] (FURTADO, 1981).

Pode se observar que Furtado não se limita apenas a identificar que o país dispõe dos recursos necessários para a erradicação completa da pobreza por meio da redução das desigualdades, propondo uma regra distributiva que consiste em realizar transferências dos grupos mais ricos para os mais pobres.

2. POBREZA, CONCENTRAÇÃO DE RENDA E BEM-ESTAR SOCIAL NA BAHIA

Não há como ignorar que o empobrecimento tornou-se o principal efeito negativo dos desastres dos países industrializados periféricos, tais como a Argentina, o Uruguai, a Venezuela, que afeta as transformações da sociedade brasileira, sacrificando muito mais pessoas que antes. E, para melhor compreensão do efeito da renda objetivando a minoração da pobreza histórica no estado baiano, pode-se verificar na tabela 1 a comparação da evolução da renda proveniente de rendimentos do trabalho com a evolução do índice de GINI⁴.

TABELA 1
ÍNDICE DE GINI X PERCENTUAL DA RENDA PROVENIENTE DE
TRANSFERÊNCIAS GOVERNAMENTAIS (1991/ 2000)

Estado	Índice de Gini, 1991	Índice de Gini, 2000	% da renda proveniente de transferências governamentais, 1991	% da renda proveniente de transferências governamentais, 2000
Bahia	0,664	0,669	10,806	15,931

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001

Um outro ponto a ser ressaltado é a retração da renda proveniente de rendimentos do trabalho que, em 1991, era de 81,40% caindo para 63,65%, ou seja, enquanto a política na área de educação (neste mesmo horizonte temporal, apresentou melhoras substanciais como a redução do analfabetismo em 1991, cujo percentual era de 23,48 e, no ano 2000, caiu para 9,99) as políticas sociais não tiveram nem mesmo a capacidade de manter os níveis obtidos há dez anos.

Pela análise da tabela 1, observa-se que as transferências governamentais aumentaram em cerca de 50% em 10 anos, um indício de retração econômica acompanhado de um elevado grau de concentração de renda (o índice de GINI é o terceiro mais elevado, ficando atrás apenas dos estados de Alagoas e Ceará) do emprego e necessidade de majoração das políticas sociais no

⁴Esse indicador tradicional pode assumir valores que vão de zero - em uma situação hipotética de distribuição de renda perfeitamente igualitária, na qual todas as pessoas possuem o mesmo rendimento domiciliar per capita - a um, que é o caso quando apenas um indivíduo recebe sozinho toda a renda disponível, configurando uma situação de desigualdade máxima.

estado da Bahia, políticas sociais estas que não sejam de cunho assistencialista, ou seja, voltadas para a geração de renda.

O estado, em uma década, majora em 50% seu percentual da renda proveniente de transferências governamentais é um claro sinal de que a política dotada para geração de renda precisa ser reestruturada, pois este recurso, além de estar engessado, está comprometendo investimentos que poderiam estar sendo aplicados em outras áreas da esfera governamental.

Pode-se observar que o índice de GINI baiano sofreu uma retração e manteve constante flutuação durante o horizonte temporal de 10 anos, valendo ressaltar que no ano 2000 o índice de GINI alcançou proporções maiores do que as obtidas no ano de 1991, como pode ser melhor visualizado na tabela 2.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI NO ESTADO DA BAHIA /1991 - 2000

ANO	ÍNDICE DE GINI
1991	0,664
1992	0,553
1993	0,612
1995	0,564
1996	0,579
1997	0,571
1998	0,547
1999	0,539
2000	0,669

Fonte: Atlas do Desenv Humano no Brasil, PNAD e Censo Demográfico de 1991

É certo que o problema da concentração de renda atinge todo o território nacional, ou seja, não se pode direcionar toda a responsabilidade da falta de políticas sociais de desconcentração de renda para o governo estadual, valendo ressaltar a grande parcela da falta de políticas sociais do governo federal quando aderiram ao Consenso de Washington, em que a economia do país voltou suas atenções ao mercado externo.

Quando, nos anos 90, os governantes aderiram ao famoso Consenso de Washington, adotaram, sem maiores explicações e sem debates com a sociedade, a doutrina de que era necessário concentrar as atenções nos mercados externos, condição essencial para recuperar o dinamismo perdido. Contudo, ninguém foi capaz de explicitar a razão de ser dessa mudança de estratégia, e nem por que ela seria mais benéfica a um país populoso e continental como o nosso. (FURTADO, 2004).

É de grande importância tornar transparente a intensidade da pobreza da população que vive no nível de total indigência, bem como os que vivem na linha da pobreza. As políticas de descentralização de renda além de não obter resultados favoráveis, não conseguiu, nem mesmo, conter a população de indigentes, pois esta teve um acréscimo de 17,32% quando comparada ao ano de 1991, deixando o Estado da Bahia com a sexta maior população de indigentes da região nordeste. No início da década de 90 a intensidade da indigência representava 43,6%, uma década depois esse percentual saltou para 52,75%, o que pode se comprovar que nem mesmo a majoração em 50%, no mesmo período, de transferências governamentais de renda pode conter o crescimento da indigência no estado baiano (ATLAS DE DESENV. HUMANO, 2001).

Nos estados que compõem a região sul, o Paraná é o que tem a pior classificação no que se refere a intensidade da pobreza. No ano 2000 este percentual foi de 42%, enquanto o estado da Bahia este percentual foi de 53%.

[...] Não existe, atualmente, estado que tenha uma distribuição de renda tão ruim quanto à baiana. [...] A Bahia está entre os cinco Estados mais pobres do Brasil. São 7,2 milhões de pessoas vivendo na pobreza. [...] Com essas constatações o estudo destrói o *slogan* dos sucessivos governos estaduais de que a Bahia está no caminho certo (FARIAS, 2003).

Apesar deste aparente desenvolvimento, como a redução substancial do analfabetismo, o crescente número de crianças e adolescentes frequentando regularmente as escolas, investimentos em programas de infra-estrutura como o Bahia Azul e projetos habitacionais, a Bahia é classificada como a quinta unidade federativa do Brasil em termos de miséria, com nada menos de 55,32% dos seus habitantes vivendo com menos de R\$ 75,50 por mês (metade de um salário mínimo no ano 2000), passando fome. A miséria da Bahia só ganha, pela ordem, para a do Maranhão, Piauí, Ceará e Alagoas, enquanto, no outro extremo, está São Paulo, com 5,94% da população nessa situação, como pode ser observado no quadro a seguir:

TABELA 3
PERCENTUAL DE PESSOAS COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A R\$ 75,50
BAHIA X SÃO PAULO (1991/ 2000)

Estado	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 1991	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$37,75, 2000	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 1991	% de pessoas com renda per capita abaixo de R\$75,50, 2000
São Paulo	12,86	14,37	3,90	5,94
Bahia	41,12	31,13	67,04	55,32

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001

A Bahia, apesar de estar entre os seis maiores PIB's do País, é o 22º estado brasileiro no que concerne ao IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, que em 2000 alcançou 0,688, sendo superado por outros estados menos desenvolvidos economicamente. É o quarto estado do Brasil em maior concentração de renda (10 % dos ricos detêm 52,68% da renda e os 40% mais pobres detêm apenas 7,13% da renda), perdendo apenas para os estados de Alagoas e do Acre.

3. EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO DE COMBATE À POBREZA

O Brasil tem sido classificado consistentemente como um dos países com mais elevada desigualdade de renda do mundo. A persistência da pobreza em território brasileiro tinha como causa direta as diferenças abissais de renda. Muitos autores afirmam que a principal causa dessa desigualdade é o perfil da distribuição da educação juntamente com as suas elevadas taxas de retorno.

A educação na Bahia, apesar da redução significativa de analfabetos e o número crescente de crianças na escola, ainda apresenta números alarmantes no tocante ao analfabetismo, e isso só faz ressaltar uma relação entre pobreza e falta de educação e cultura do estado baiano.

A distribuição de educação é politicamente mais fácil de ser empreendida do que, por exemplo, a distribuição de terra. Ademais, a distribuição de educação é não transferível, é reproduzível e pode, por isso, contribuir para a mobilidade e a redução da desigualdade e da pobreza. O problema da educação como instrumento de combate à pobreza, no entanto, é que ela

requer prazo longo para afetar a pobreza e a desigualdade e não traz soluções para o problema da fome e da miséria, que requerem medidas de curtíssimo prazo.

A evolução do combate ao analfabetismo no Estado da Bahia, em relação ao combate em nível nacional, estão muito próximos. Enquanto a redução, em nível nacional, do percentual de analfabetos na faixa etária de 18 a 24 anos foi de 49%, a do estado nordestino foi de 44%.

TABELA 4
ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO, 1991 E 2000
BAHIA x OS OUTROS ESTADOS DO NORDESTE

Estado	% 7 a 14 anos analfabetas, 1991	% 7 a 14 anos analfabetas, 2000	% 15 a 17 anos analfabetas, 1991	% 15 a 17 anos analfabetas, 2000	% 18 a 24 anos analfabetas, 1991	% 18 a 24 anos analfabetas, 2000
Alagoas	54,349	31,347	32,903	15,651	33,629	20,989
Bahia	43,738	19,475	22,962	6,533	23,482	9,99
Ceará	43,809	21,799	23,862	7,21	23,723	11,808
Maranhão	51,279	26,359	24,742	9,705	27,224	14,424
Paraíba	48,525	21,236	29,159	9,193	29,003	15,183
Pernambuco	40,939	22,063	21,372	9,008	22,098	11,87
Piauí	53,171	26,984	25,988	10,365	25,497	15,689
R G do Norte	40,315	20,591	21,798	7,264	22,466	11,397
Sergipe	44,107	22,232	23,631	8,871	23,786	12,986

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001

Na tabela anterior, observa-se que o estado da Bahia vem obtendo destaque no combate ao analfabetismo na região nordeste, mas também é fato que a Bahia é o estado com o maior número de analfabetos da região. Segundo dados do IBGE (2000), dos 10,3 milhões de baianos com idade igual ou superior a 10 anos, 8,1 milhões são alfabetizados no Estado. São mais de dois milhões de analfabetos a partir de dez anos de idade. Nenhum outro estado apresenta tantos analfabetos. Neste mesmo relatório do IBGE, são destaques os municípios de Coronel João Sá, Araci e Dário Meira apresentam os piores índices, com metade de suas populações analfabetas. A situação não é mais drástica pelo fato de que a Bahia apresentou, nos últimos dez anos, um dos menores índices de crescimento populacional do país, crescendo 10,1% enquanto a média no Brasil foi de 15,6%.

Ainda existe uma grande defasagem em relação à população e à quantidade de anos estudados. Como pôde ser observado na tabela 5, cresceu 28,33% da população baiana com idade entre 18 e 24 anos tem menos de quatro anos de estudos, apesar de este número dez anos atrás representar quase que a metade da população que compõe esta faixa etária.

TABELA 5
ANOS DE ESTUDOS NA FAIXA ETÁRIA DE 18 A 24 ANOS

Estado	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de quatro anos de estudo, 2000	% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo, 1991	% 18 a 24 anos com menos de oito anos de estudo, 2000
Alagoas	46,843	38,141	75,192	70,691
Bahia	44,676	28,339	74,889	61,966
Ceará	41,508	26,54	73,452	58,454
Maranhão	45,063	31,543	74,345	63,927
Paraíba	44,67	32,731	74,097	65,094
Pernambuco	34,313	24,245	69,575	58,389
Piauí	44,513	34,177	77,024	67,219
R G do Norte	34,53	23,04	68,407	55,934
Sergipe	39,542	29,447	73,672	63,173

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001

Este abismo atinge o ápice quando o número de anos estudados salta de quatro para oito anos, atingindo 61,96% da população entre 18 e 24 anos, sendo importante ressaltar que este percentual já englobou, dez anos atrás, praticamente, 75% da população baiana nesta faixa etária.

CONCLUSÃO

De acordo com o trabalho desenvolvido, pode-se observar que minorar a pobreza é um objetivo que não pode ser alcançado sem se reverter o processo de desconcentração de renda. Isso significa o envolvimento de responsabilidade social concreta, não se tratando de reunir um grande número de medidas isoladas ou de ações descontínuas, senão de trabalhar para um estilo de formação de capital compatível com a reversão das tendências vigentes de empobrecimento.

O Estado da Bahia possui 33% de sua população sobrevivendo com um quarto do salário mínimo e 55% sobrevivendo com menos de meio salário mínimo. A intensidade de indigentes que vivem no estado é de 53% da população que vive na pobreza. A mudança do cenário exposto só poderá ser efetivamente realizada mediante propostas que atinjam a distribuição da renda e a composição da formação de capital, pois esta questão se encontra justamente entre o deslocamento na composição do capital, a distribuição da renda e a mobilidade do trabalho. Torna-se pouco provável discutir políticas de minoração da pobreza sem antes discutir modos de desconcentração da renda.

Através dos indicadores expostos no decorrer deste estudo, pode-se observar que as políticas adotadas pelo governo, da esfera estadual, de desconcentração de renda não surtiram efeito, o Índice de GINI, apesar da trajetória declinante durante o período abordado, no último ano da análise (2000), o índice atingiu um patamar similar ao do ano de 1991, ou seja, a concentração de renda do estado assumiu, em 2000, a quarta posição do país no quesito concentração de renda.

As políticas de redistribuição da renda no estado baiano precisam ser revistas. No espaço temporal de uma década, o governo majorou em 50% o percentual da renda proveniente de transferências governamentais, acompanhada da estagnação do Índice de GINI, sendo este um sinal evidente de que a política adotada precisa ser reestruturada, ou seja, voltada para a criação de novas frentes de trabalho.

A Bahia foi o estado com melhores índices da região nordeste no combate ao analfabetismo em todas as faixas etárias. Mas, apesar dos esforços bem sucedidos no combate ao analfabetismo por parte do governo estadual, a Bahia continua sendo o estado com maior número de analfabetos do país com um exército que é composto por mais de 20% da população. Outro ponto a ser salientado na área de educação são as crianças devidamente matriculadas. Há dez anos representavam apenas 70% do universo da população na faixa etária de 5 a 14 anos e, no ano 2000, este percentual passou a representar 93% deste universo.

Vale ressaltar que estes resultados na área da educação no estado da Bahia são muito importantes, devendo ser tomados como uma importante meta dos governantes, objetivando os resultados futuros. Por se tratar de um investimento, a longo prazo, a educação é muitas vezes deixada de lado pelos gestores públicos devido aos seus interesses, objetivando resultados imediatistas.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Creomar. **Pobreza e Renda nos Anos 90**. Série Políticas Públicas: SEPLANTEC, Superintendência de Planejamento Estratégico, Salvador. 2001.

_____. **Bahia – das Políticas Sociais Setorizadas ao Combate a Pobreza e às Desigualdades Sociais.** Salvador, 2003.

BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil.** IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

CEPAL Comissão Econômica para América Latina. **Pobreza e Mercados no Brasil: Uma Análise de Iniciativas de Políticas Públicas.** Brasília, 2003.

FURTADO, Celso. **Para onde caminhamos?** Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 2004.

KERSTENETZKY, Celia L. **DESIGUALDADE E POBREZA: Lições de Sen.** Revista brasileira de ciências sociais - VOL. 15 No 42. São Paulo, 2000.

LOPES, Helger; MACEDO, Paulo; MACHADO, Ana. **Indicador de Pobreza: Aplicação de uma Abordagem Ultradimensional ao Caso Brasileiro.** IPEA. Brasília, 2003.

MEDEIROS Marcelo. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil.** IPEA. Brasília, 2003.

PEDRÃO, Fernando. **Superar a Pobreza ou Reverter o Empobrecimento? Uma Revisão das Raízes da Pobreza na Bahia.** Salvador, 2003.

_____. **As raízes da pobreza na Bahia.** Salvador: Centro de Estudos Baianos/ UFBA. Salvador, 1985.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.** Brasília, 2001.

SCHWARTZAMAN, Simon. **Causas da pobreza.** ed. FGV, Rio de Janeiro, 2002

SEI SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Pobreza e Desigualdades Sociais.** Série Estudos e pesquisas. Salvador, 2003.

SEN Amartya. **Sobre ética e economia.** Companhia da Letras 3 ed. São Paulo, 2002.

_____. **Em busca de novo modelo: Reflexões sobre a crise contemporânea.** 2 ed., Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2002.